



Propostas ameaçam o ambiente

Da caça profissional de animais silvestres a mudanças na demarcação de terras indígenas, projetos colocam em risco comunidades tradicionais e preservação ambiental. Confira algumas das iniciativas que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado e preocupam pesquisadores e ambientalistas



LUMA POLETTI
lumadutra@destakdf.com.br

Com uma bancada ruralista cada vez mais fortalecida, ambientalistas se esforçam para acompanhar os projetos que lei que representam ameaças a áreas de preservação ambiental e comunidades indígenas. Para se ter uma ideia das forças da bancada, seis membros licenciados integram o primeiro escalão do governo federal: Antônio Imbassahy (Secretaria de Governo), Blairo Maggi (Agricultura), Leonardo Picciani (Esportes), Marx Beltrão (Turismo), Osmar Serraglio (Justiça) e Ricardo Barros (Saúde). O ex-ministro do Planejamento e atual líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), também integra a bancada ruralista.

“Não há nenhum projeto legislativo que caminhe no sentido do fortalecimento da proteção socioambiental. Pelo contrário, todos os projetos hoje em discussão enfraquecem a nossa legislação”, avalia o advogado do Instituto Socioambiental (ISA), Maurício Guetta. Ele alerta para as medidas que tentam alterar as regras de licenciamento ambiental, por exemplo. “Temos hoje mais de 20 projetos de lei que pretendem regular o tema. Todas elas trazem retrocessos importantes no sentido de flexibilizar o licenciamento” afirma Maurício.

Vendas

Um dos planos do governo é alterar as regras para a venda de terras a estrangeiros. Ainda não se sabe, porém se isso será feito por Medida Provisória, por um projeto de lei de autoria do próprio Executivo, ou se o Planalto vai encampar iniciativas já existentes.

A lei atual estabelece limites para o negócio e a proposta estudada pelo Planalto prevê a flexibilização dessas regras. Maurício alerta para outro fator por trás da iniciativa: “O que está em jogo é a anistia às compras irregulares que aconteceram no passado”.

NA MIRA DA BANCADA RURALISTA: PROJETOS POLÊMICOS QUE TRAMITAM NA CÂMARA E NO SENADO

Índios



PEC 215/2000: Transfere para o Legislativo a demarcação de terras indígenas e quilombolas, além de permitir o arrendamento das áreas indígenas.
Status: Pronto para ser votado no plenário da Câmara dos Deputados.
Autor: Ex-deputado Almir Sá, de Roraima.

PEC 76/2011: assegura aos indígenas participação nos resultados da construção de hidrelétricas em suas terras.

Status: Pronto para votação no plenário do Senado

Autor: Blairo Maggi (senador licenciado, atual ministro da Agricultura)

PL 1216/2015 e 1218/2007: Mudam o processo de demarcação de terras indígenas

Status: Aguarda designação de relator

na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara

Autor: Dep. Valdir Colatto (PMDB-SC)

PL 1610/1996: Trata da regulamentação de atividades de mineração em terras indígenas.

Status: Aguardando parecer do relator, deputado Edio Lopes (PR-RR), na comissão especial da Câmara.

Autor: Líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR)

Fauna



PL 6268/16: Regula o manejo e o controle da caça de animais silvestres – prática proibida por lei desde 1967.
Status: Aguardando relator na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados
Autor: Deputado Valdir Colatto (PMDB-SC)

PEC620/2015: Libera a implantação de parques e áreas de aqüicultura em até 0,5% da superfície de lagos de hidrelétricas.

Status: Aguarda designação de Relator na Comissão de Agricultura do Senado.

Autor: Marcelo Crivella (senador licenciado, atual prefeito do Rio de Janeiro) relator: deputado Edio Lopes (PR-RR), na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

Flora



PEC 65/2012 Estabelece que a apresentação de estudo prévio de impacto ambiental de um empreendimento é o suficiente para a autorização da obra.
Status: Aguardando parecer do relator, senador Raulo Rodrigues (Rede-AP), na CCJ do Senado.
Autor: apresentada pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

dor Acir Gurgacz (PDT-RO)

PEC 654/2015: Cria o licenciamento ambiental especial para obras consideradas estratégicas. Na prática, acelera a liberação de licenças, que podem sair em cerca de 8 meses.

Status: Pronto para ser votado no plenário do Senado

Autor: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Outros

• **PL 37/2011** (Código de mineração): Simplifica os procedimentos para atividades minerárias, que têm grandes impactos socioambientais.
Status: Em análise na Comissão Especial da Câmara.
Autor: Welinton Prado (PMB-MG)

• **PLC 34/2015:** Libera os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos em produtos.
Status: Aguardando parecer do relator, senador Cidinho Santos (PR-MT), na comissão de Agricultura do Senado Federal.
Autor: Deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS).

Como participar:



- Frente Parlamentar Ambientalista: (61) 3215-5202
- CCJ da Câmara: (61) 3216-6483/6485/6491/6497
- CCJ do Senado: (61) 3303-3972 ccj@senado.gov.br
 - Comissão de Meio Ambiente da Câmara: (61) 3216-6524 / 6526
 - Comissão de Agricultura do Senado: (61) 3303 3506 cra@senado.gov.br



Opine sobre projetos existentes ou sugira um novo

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania>
<https://edemocracia.camara.leg.br/home>